



Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 11 a 15 de junho de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Lei que cria Sistema Único de Segurança é sancionada com vetos

O presidente Michel Temer sancionou na segunda-feira (11) projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp - Lei 13675/18). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. Serão repassados recursos da União aos demais entes federativos, mediante contrapartidas, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados. Os recursos para o sistema sairão da arrecadação das loterias. Para este ano, serão R\$ 800 milhões apenas desta fonte. A estimativa do governo é que, em 2022, os recursos vindos de loterias cheguem a R\$ 4,3 bilhões. O Susp foi aprovado na Câmara em abril deste ano (PL 3734/12, do Executivo).

Legislação Participativa realiza seminário sobre guardas municipais

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promove hoje o 10º Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública. O evento será realizado por sugestão da ONG SOS Segurança Dá Vida. O objetivo do seminário é avaliar as necessidades legislativas em relação ao tema e debater as principais proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem respeito a essas instituições e seus integrantes. Para o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que relatou a proposta na comissão, é necessário que a Câmara discuta o papel das guardas municipais "como órgãos de segurança pública, importantíssimo instrumento de controle do excessivo crescimento da violência no Brasil, seu emprego em atividades de defesa civil, seu preparo e as garantias que devem ser asseguradas aos seus integrantes".

CCJ não chega a acordo para votar projeto que altera nomenclatura dos guardas municipais

Depois de cerca de três horas de debate sobre a proposta (PL [5488/16](#)) que autoriza a mudança do nome dos guardas municipais para policiais municipais, a obstrução conduzida por deputados contrários à matéria levou ao encerramento da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira (13), sem que o texto fosse votado.

Uma audiência pública a respeito do assunto deverá ser realizada no final do mês, e apenas no início de julho o projeto deverá retornar à pauta da CCJ.

Plenário analisa criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública

O Plenário da Câmara dos Deputados analisa destaques à Medida Provisória 821/18 que tratam da criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp). Foi rejeitado há pouco, por 216 votos a 93, destaque do PCdoB que pretendia retirar do texto todo o parágrafo que permitia o desmembramento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para se criar o Inesp, com natureza jurídica de fundação pública. Entretanto, um acordo entre o governo e a maior parte dos partidos da oposição prevê a aprovação de outro destaque, em análise neste momento, que retira do texto apenas a parte que vincula a criação do Inesp ao desmembramento do Ipea.



[Plenário mantém em MP permissão para ministro da Segurança solicitar ajuda militar](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou o destaque do Psol à Medida Provisória 821/18 e manteve no texto a permissão para o ministro da Segurança Pública solicitar ao presidente da República, após entendimento com o ministro da Defesa, o uso de militares das Forças Armadas em caráter excepcional. Os deputados já aprovaram o projeto de lei de conversão da MP 821/18, que criou o Ministério da Segurança Pública para absorver atribuições antes vinculadas ao Ministério da Justiça e relacionadas ao tema.

[Deputados excluem de MP restrição sobre cessão de policiais civis do DF](#)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou destaque do PT à Medida Provisória 821/18 e retirou do texto a restrição para cessão de policiais civis do Distrito Federal apenas para o exercício de cargo ou função correlata à atividade de policial civil em diversos órgãos federais e distritais. Pouco antes, também foi excluída a restrição para cessão de militares do Distrito Federal apenas para o exercício de cargo ou função correlata à atividade de policial militar ou bombeiro militar em diversos órgãos federais e distritais. Os deputados já aprovaram o projeto de lei de conversão da MP 821/18, que cria o Ministério da Segurança Pública para absorver atribuições antes vinculadas ao Ministério da Justiça e relacionadas ao tema.

[Reservista do serviço militar obrigatório poderá atuar como policial voluntário](#)

Um projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados permite às polícias militares e aos corpos de bombeiros militares dos estados incorporar temporariamente aos seus quadros reservistas do serviço militar obrigatório. Eles atuariam como soldados voluntários logo após o término do serviço obrigatório e seriam treinados para auxiliar os policiais militares nas mais diversas funções, inclusive no policiamento ostensivo.

1.2 DIREITO E JUSTIÇA

[Publicada lei que permite defesa oral de pedido de liminar em mandado de segurança](#)

A Lei 13.676/18, que permite aos advogados fazerem oralmente a defesa dos pedidos de liminar durante o julgamento dos processos, foi publicada nesta terça-feira (12) no Diário Oficial da União e já entrou em vigor. A regra valerá para os casos de competência originária dos tribunais. Com origem no Projeto de Lei 5086/16, do deputado Carlos Manato (PSL-ES), o texto modifica a Lei do Mandado de Segurança (12.016/09) ao obrigar os magistrados relatores de mandados de segurança a conceder aos advogados de ambas as partes envolvidas a chance de fazer defesa oral dos pedidos de liminar.

[Comissão debate PEC do foro privilegiado](#)

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a redução da prerrogativa de foro para autoridades (PEC 333/17) realiza audiência pública nesta tarde, a pedido dos deputados Chico Alencar (Psol-RJ), Ivan Valente (Psol-SP), Rubens Bueno (PPS-PR), Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Cajar Nardes (Pode-RS). O chamado foro privilegiado é o direito que a autoridade tem de ser julgada pelas instâncias superiores, seja o Supremo Tribunal Federal (STF), ou o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pela proposta em discussão na Câmara, o foro especial ficaria restrito aos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF. Deixariam de ter foro privilegiado os ministros de Estado, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, entre outras autoridades.

[Relator apresenta parecer final ao novo Código de Processo Penal](#)

A comissão especial que debate o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se hoje para a apresentação do parecer do relator, deputado João Campos (PRB-GO). A apresentação estava prevista para a terça-feira passada, mas foi adiada. A proposta reúne mais de 252 projetos sobre o



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

tema e surgiu de uma comissão formada por juristas e senadores. O texto atualiza o CPP atual (Decreto-Lei 3.689/41), que é de 1941, e já foi aprovado no Senado. No parecer preliminar apresentado em abril, João Campos regulamentou a prisão após a segunda instância, o que não é aceito por todos os membros da comissão. "Não permitir a execução da pena a partir do 2º grau é contribuir para a impunidade, para a prescrição", afirmou Campos.

[CCJ pode votar parecer sobre tramitação de PECs durante intervenção](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania reúne-se hoje para analisar o parecer do deputado Leonardo Picciani (MDB-RJ) sobre a análise de propostas de emenda à Constituição durante a vigência da intervenção federal no Rio de Janeiro. O relatório é contrário à tramitação de PECs em todas as fases do processo legislativo durante período de intervenção federal. A votação já foi adiada duas vezes por falta de acordo entre os parlamentares. Picciani acolheu recurso apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) contra a decisão do presidente da Câmara de autorizar a análise de PECs na CCJ e nas comissões especiais durante a vigência da intervenção federal no Rio de Janeiro. Em resposta a uma questão de ordem, Maia avaliou que apenas no Plenário ficaria proibida a análise de mudanças na Constituição.

1.3 POLÍTICA

[Plenário pode votar hoje urgência para aumento de penas para atentados](#)

O 4º suplente da Mesa Diretora, deputado Carlos Manato (PSL-ES), informou que a Câmara dos Deputados votará nesta terça-feira (12) apenas dois requerimentos de urgência para os quais há acordo entre os partidos. Um deles pede novo regime de tramitação para o Projeto de Resolução 287/17, que cria comissão especial destinada a regulamentar os dispositivos da Constituição Federal de 1988. O outro requerimento pede urgência para o Projeto de Lei 1572/07, do Senado, que aumenta as penas para crimes que põem em risco muitas pessoas, como incêndio, explosão e atentados contra a segurança dos transportes marítimo, fluvial e aéreo. Essa matéria já teve a discussão encerrada nesta tarde.

[Comissões mistas serão instaladas hoje para analisar novas MPs do acordo com caminhoneiros](#)

O Congresso Nacional instala hoje quatro comissões mistas para analisar medidas provisórias. Três delas são do pacote editado pelo governo para cumprir acordo com os caminhoneiros que entraram de greve no fim do mês passado:

- a MP 836/18, que revoga, a partir de 1º de setembro, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que reduz a tributação do setor petroquímico;
- a MP 837/18, que indeniza, temporariamente, os policiais rodoviários federais que trabalham durante os repousos remunerados; e
- a MP 838/18, que autoriza o governo a subsidiar parte dos custos dos produtores e importadores de óleo diesel.

[Polícia Federal faz busca em gabinete na Câmara](#)

A Polícia Federal realizou buscas nesta terça-feira (12) no gabinete da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ). Em nota, a PF informou que deflagrou a fase ostensiva da Operação Registro Espúrio, "com o objetivo de desarticular organização criminosas que atua na concessão fraudulenta de registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho". A deputada não foi localizada pela Agência Câmara, mas se defendeu em entrevista à imprensa. Por meio de sua assessoria, a parlamentar disse que recebeu os "procedimentos investigativos com surpresa, pois não tem papel nas decisões tomadas pelo Ministério do Trabalho".



Plenário conclui discussão de MP que criou Ministério da Segurança Pública

O Plenário da Câmara dos Deputados encerrou a discussão da Medida Provisória 821/18, que cria o Ministério da Segurança Pública para absorver atribuições antes vinculadas ao Ministério da Justiça e relacionadas ao tema. Um acordo entre o governo e a maior parte dos partidos da oposição viabilizará a votação da matéria. O governo aceitou a aprovação de um destaque que retira do texto a necessidade de desmembramento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para se criar o Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp), com natureza jurídica de fundação pública.

Confira todos os pareceres aprovados na semana pelas comissões da Câmara

No período de 12 a 14 de junho, foram aprovados 39 pareceres nos diferentes colegiados da Câmara dos Deputados, segundo levantamento do Departamento de Comissões. Entre os destaques da semana estão o Projeto de Lei 8201/17, que determina que franqueador não responde por dívida trabalhista de franqueado; e o Projeto de Lei 1721/15, que proíbe a participação de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde.

1.6 RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão ouve ministro das Relações Exteriores sobre prioridades da política externa

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados recebe hoje o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, que apresentará as prioridades da política externa brasileira para o ano em curso, e as perspectivas de atuação do ministério para os anos seguintes. A vinda do ministro atende a requerimento do deputado Nilson Pinto (PSDB-PA). O parlamentar destaca que a posse do presidente Michel Temer, em agosto de 2016, provocou, entre outras coisas, uma reorientação da política externa brasileira. “Algumas conquistas se consolidaram, como o retorno do Mercosul às suas origens, como bloco comercial e de integração; e a retomada das negociações para o estabelecimento de um Tratado de Livre Comércio com a União Europeia”, afirma.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (18)

9 horas

Comissão do Esporte

Audiência pública para debater a construção do Plano Nacional do Desporto, suas metas e potencialidades.

Foram convidados, entre outros, atletas, treinadores, praticantes e interessados na prática esportiva; representantes do meio acadêmico e estudiosos do esporte; e das federações e confederações de esporte amador.

Belém (PA)

10 horas

Comissão Externa sobre a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro

Apresentação do Plano de Trabalho e resultados dos 100 dias da Intervenção.

Reunião com interventor da Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Braga Netto; e demais autoridades relacionadas à Segurança Pública do Estado.

Rio de Janeiro (RJ)



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (19)

9h30

Comissão Geral

Discussão sobre o tratamento dado a notícias reconhecidamente falsas ou fake News.

Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça.

Auditório Freitas Nobre

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Audiência pública para debater a necessidade de regulação da tecnologia blockchain.

Foram convidados, entre outros, o assessor técnico da presidência do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), José Antonio Carrijo Barbosa; a diretora-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Maria da Glória Guimarães dos Santos; e o coordenador do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Marco Konopacki.

Plenário 13

10 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir o PL 8338/17, que substitui o DPVAT por um novo seguro obrigatório de acidentes.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Seguradora Líder (DPVAT), José Ismar Alves Torres; e o diretor-executivo do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 11

10 horas

Comissão Especial que Regula Defensivos Fitossanitários (PL 6299/02)

Discussão e votação do parecer do relator deputado Luiz Nishimori (PR/ PR).

Plenário 12

11 horas

Votações em Plenário

Está na pauta, entre outros itens, o projeto que permite à Petrobras vender parte de seus direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União (PL 8939/17).

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir alternativas de resolução para o conflito fundiário urbano entre moradores do município de Cruz Alta (RS) e a concessionária de modal ferroviário Rumo Logística S/A.

Foram convidados, entre outros, a defensora pública do Rio Grande do Sul, Isabel Rodrigues Wexel; o diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, Charles Magno Nogueira Beniz; e o



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

representante da Associação de Moradores Beira Trilho, de Cruz Alta , Paulo Teixeira.
Plenário 11

14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Audiência pública para debater a proibição, em todo o território nacional, de zoológicos, aquários e parques que exponham animais silvestres.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB), Cláudio Hermes Maas; a bióloga e presidente da Associação Paulista de Zoológicos e Aquários, Mara Cristina Marques Angelo; e o diretor da Fundação Hermann Weege, Maurício Bruns.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 8

14 horas

Comissão de Educação

Seminário sobre a situação e as demandas dos câmpus fora das sedes das instituições federais de ensino.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Auditório Nereu Ramos

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para discutir a atual situação das rádios comunitárias no Brasil e as medidas necessárias para o fortalecimento do setor.

Foram convidados, entre outros, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; o coordenador executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Brasil), Geremias dos Santos; e a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Reunião para prestar informações sobre as prioridades da Pasta para o ano 2018 e, ainda, sobre o embargo da União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne de frango.

Foi convidado o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi.

Plenário 6

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Deliberação das sugestões de emenda ao Projeto de LDO/2019.

Plenário 16

14 horas

EcoCâmara

15 anos do EcoCâmara e será inaugurada a Praça da Logística Reversa.

Hall do anexo 4

14 horas

Comissão Mista sobre a MP 838/18

A Medida Provisória visa reduzir o preço do diesel na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do combustível nos postos. O subsídio será de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro.

Eleição do presidente; e apreciação do Plano de Trabalho.

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h30

Comissão Externa sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 - BR 101/ES



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Audiência pública.

Foram convidados o diretor-geral da ANTT, Mário Rodrigues Júnior; o diretor-superintendente da concessionária ECO 101, Roberto Paulo Hanke; e o diretor da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A em Brasília, Luiz César Correa Velloso.

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 1292/95)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Arruda (MDB-PR).

Plenário 14

14h30

Comissão Especial do Financiamento da Assistência Social (PEC 383/17)

Definição do roteiro dos trabalhos; eleição dos vice-presidentes; e votação de requerimentos.

Plenário a definir

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Comissão Especial da Política de Diminuição de Agrotóxicos (PL 6670/16)

Votação de requerimentos.

Plenário 13

14h30

Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Campos (PRB-GO).

Plenário 3

14h30 - Cancelada

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para debater propostas para incrementar o número de brasileiros no secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU).

Foram convidados representantes da ONU, do Ministério das Relações Exteriores e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Plenário 3

14h30

Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres e Comissão de Defesa do Consumidor

Audiência pública para discutir a PEC 160/15, que estabelece limite às taxas juros, e seus impactos sobre a organização financeira das famílias brasileiras.

Foram convidados, entre outros, a secretária nacional do consumidor do Ministério da Justiça, Ana Lúcia Vasconcelos; representante da associação Mulheres Empreendedoras Brasil, Ana Paula Guedes; a defensora Pública da Tutela Coletiva em Defesa do Consumidor do RN, Cláudia Carvalho Queiroz.

Plenário a definir

14h30

Comissão Mista sobre a MP 827/18

Medida provisória que altera a legislação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Apreciação de relatório do senador Caio Cunha Lima (PSDB-PB).

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

15 horas

Comissão Especial sobre a Reforma Tributária (PEC 293/04)

Instalação e eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Plenário 7

15 horas

Comissão Especial sobre o Código Comercial (PL 1572/11)

Votação do parecer do relator-geral, deputado Paes Landim (PTB-PI).

Plenário 8

15h30

Comissão Mista de Orçamento

Apresentação de relatórios; e discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão à LDO 2019 (PLN 2/2018-CN).

Plenário 2

16 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Reunião técnica para discutir sobre a implementação da lei, que Institui o Programa de Regularização Tributária Rural, e seus efeitos no Pronaf.

Foram convidados representantes do Ministério da Fazenda; da Contag; da Fetraf; da Via Campesina.

Sala Moacir Micheletto na Comissão de Agricultura

16h30

Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Audiência pública para debater sobre os tratamentos para pacientes com Neurodegeneração na infância.

Foram convidados, entre outros, a coordenadora de Doenças Raras da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Maria Terezinha de Oliveira Cardoso; e a médica neurologista pediátrica, Maria Luiza Manreza.

Evento interativo pelo e-Democracia.

Plenário 7

17 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Subcomissão Especial para Reformular e Atualizar o Estatuto do Idoso

Discussão e análise dos projetos de lei em tramitação nas comissões permanentes da Câmara que alteram o Estatuto do Idoso na área de direito penal e processual penal.

Sala 176-A, do anexo 2

17 horas

Comissão de Trabalho, administração e Serviço Público

Lançamento da Campanha Jornadas Brasileiras de Trabalho.

Salão Nobre

QUARTA-FEIRA (20)

8 horas

Comissão de Educação e Frente Parlamentar Mista da Educação

Palestra "Por que, no Brasil, a Educação não avança? Não sabemos educar, não damos a devida importância ou simplesmente não sabemos gerenciar o que estamos fazendo?"

Foram convidados: Ricardo Paes de Barros (IAS/Insper), Samuel Franco (OPE Sociais), Laura Muller Machado (IAS/Insper).

Plenário 8



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

9 horas

Votações em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

9h05

Sessão Solene

Homenagem à Rede pelo Bem

Plenário Ulysses Guimarães

Após Sessão Solene

Votações em Plenário

Proposições remanescentes da sessão anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Educação

Seminário Nacional 4 Anos do Plano Nacional de Educação (PNE).

Evento interativo pelo **e-Democracia**

A programação continua à tarde.

Auditório Nereu Ramos

9 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir a criação do novo Centro Global de Inovação e Logística, situado no município de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte (MG).

Foram convidados, entre outros, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de MG (Sedectes), Vinicius Rezende.

Evento interativo pelo **e-Democracia**.

Plenário 11

9h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Audiência pública para debater contrato firmado entre a Telebras e a empresa Viasat.

Foram convidados o presidente da Telebras, Jarbas José Valente; e representantes dos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e da Defesa.

Plenário 3

9h30

Comissão de Minas e Energia

Audiência pública para debater a não inclusão da energia solar fotovoltaica no leilão A-6 de 2018 e as perspectivas do leilão de energia de reserva ainda em 2018.

Foram convidados, entre outros, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo Rodrigues; o presidente da Comissão Especial de Licitação da Aneel, Romário de Oliveira Batista; e o diretor de Desenvolvimento de Negócios da Flex International Tecnol Ltda, Nelson Falcão.

Plenário 14

9h30

Comissão Finanças e Tributação

Apreciação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

Plenário 4

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Votações de projetos e requerimentos.
Plenário 8

9h45

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Discussão e votação das emendas a serem oferecidas pela comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

Plenário 12

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

10 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 2

10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Deliberação das sugestões de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

Plenário a definir

10h30

Comissão de Educação

Votação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019; e votação do Aprovação do texto final da Carta Compromisso a ser entregue pela Comissão de Educação aos candidatos à Presidência da República com as principais demandas educacionais com as quais os candidatos devam se comprometer e priorizar no seu governo.

Plenário 10



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

10h30

Comissão Externa sobre a Situação Hídrica dos Municípios de Minas Gerais

Votação de requerimentos.

Sala 175-B, anexo 2

11 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário

11 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

11 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3

12 horas

Comissão Especial do Foro Privilegiado (PEC 333/17)

Votação de requerimentos.

Plenário 8

12 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Votação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.

Plenário 16

13 horas

Comissão de Legislação Participativa

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3

13h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Eleição do 1º vice-presidente; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

13h30

Comissão de Cultura

1º encontro denominado "Expresso 168": em homenagem aos 110 anos de nascimento do escritor João Guimarães Rosa.

Foram convidados: a especialista na obra de Guimarães Rosa Ivana Ferrante Rebello; o artista plástico e diretor do Museu Casa de Guimarães Rosa, Ronaldo Alves; a responsável pelo Grupo Miguilim, de contadores de histórias que divulga a obra de Guimarães Rosa, Dora Guimarães.

Plenário 10

Logo após haverá Audiência Pública para discutir a importância da criação, por lei, do Dia Nacional do Desbravador.

Foram convidados os responsáveis pelo Departamental Desbravadores da América Latina, Pastor Udolcy Zukowski; pelo Departamental Desbravadores do Centro-Oeste, Pastor Jony Oliveira; pelo Departamental Desbravadores do Distrito Federal, Pastor Hofni Gomes.

Plenário 10

13h30

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 13

13h50

Comissão do Esporte

Deliberação sobre as emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.
Plenário 4

13 horas

Comissão de Educação

Seminário Nacional 4 Anos do Plano Nacional de Educação (PNE).
Evento interativo pelo **e-Democracia**
Auditório Nereu Ramos

14 horas

Comissão Mista de Orçamento

Apresentação de relatórios.
Plenário 2

14h30

Comissão de Turismo

Audiência pública para debater a economia compartilhada.
Foram convidados, entre outros, a gerente de Políticas Públicas do AirBnb, Flávia Matos; o economista Ricardo Abramovay; e a presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini.
Plenário 5

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Instauração do processo 25/18, em desfavor do deputado Nelson Meurer (PP/PR), e sorteio da lista tríplice para a escolha do Relator; instauração do processo 26/18, em desfavor do deputado Laerte Bessa (PR/DF), e sorteio da lista tríplice para a escolha do relator; apresentação do Plano de Trabalho do deputado João Marcelo Souza (MDB/MA) referente ao processo 18/18, em desfavor do deputado Paulo Maluf (PP/SP); oitivas das testemunhas de defesa referentes à representação 22/18, em desfavor do deputado João Rodrigues (PSD/SC).
Local a definir

14h30

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Audiência pública para debater a violência obstétrica.
Foram convidados: a especialista em Saúde Pública Sílvia Badim Marques; a médica ginecologista e obstetra Renata Reis; a representante da Casa Frida e integrante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno, Hellen Cristhyan; e representantes do Ministério da Saúde; do Conselho Federal de Medicina (CFM); da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA); da Associação Artemis; da Associação das Doulas do DF;
Evento interativo pelo **e-Cidadania**
Plenário nº 13 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Audiência pública para discutir o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC): desafios e perspectivas de implementação.
Foram convidados o pesquisador da Embrapa Eduardo Delgado Assad; os coordenadores de Agropecuária Conservacionista, Florestas Plantadas e Mudanças Climáticas da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC/ MAPA), Elvison Nunes Ramos; do Observatório ABC, Ângelo Costa Gurgel; e o de Sustentabilidade, Recurso Hídricos e



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Nelson Ananias; ; o chefe de Departamento da Área de Operações Indiretas do BNDES, Thiago Luiz Cabral Peroba. Evento interativo pelo **e-Cidadania**

Plenário nº 7 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Seminário Dia Nacional de Luta contra a ELA - Esclerose Lateral Amiotrófica.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 13

15 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Reunião técnica com o presidente do Cade, Alexandre Barreto, para tratar da fusão das multinacionais Bayer e Monsanto.

Sede do Cade, Brasília (DF)

15h30

Comissão Especial sobre a Entidade Municipal para propor ADIN e ADC (PEC 253/16)

Audiência pública para debater sobre o assunto.

Foi convidado o autor da PEC no Senado Federal, senador Antônio Carlos Valadares.

Local a definir

16h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Grupo de trabalho sobre regulamentação da intercambialidade entre o produto original e o biossimilar

Reunião para ouvir grupos responsáveis pela regulação e entidades representativas da área.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 6

QUINTA-FEIRA (21)

9 horas

Votações em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Seguridade Social e Família; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Audiência pública para discutir a importância do sistema e-Social para redução da burocracia e melhoria da eficiência para governo e empresas.

Foram convidados os auditores fiscais do Ministério do Trabalho, José Alberto Maia; da Receita Federal do Brasil, Altemir Linhares de Melo e Jarbas de Araújo Félix; e os representantes da CEF, Henrique José Santana; e do INSS, Luciano Souza de Paula.

Plenário 13

10 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 110 anos da imigração Japonesa no Brasil

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (22)

9 horas

Sessão de Debates

Plenário Ulysses Guimarães



15 horas

Sessão Solene

Homenagem ao dia nacional do Quadrilheiro Junino

Plenário Ulysses Guimarães

Link:



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[Chefe do Executivo pode ser punido se não enviar projeto de revisão salarial dos servidores](#)

O presidente da República, governadores e prefeitos poderão responder por crime de responsabilidade se deixarem de enviar ao Congresso Nacional, a Assembleias Legislativas e a Câmaras de Vereadores, respectivamente, projeto de lei para revisão salarial anual dos servidores públicos. A possibilidade de punição está prevista no PLS 228/2018, de iniciativa popular, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi apresentada ao Portal e-Cidadania, do Senado, pela cidadã gaúcha Jasiva Correa. Depois de receber o apoio de mais de 20 mil internautas, transformou-se na Sugestão (SUG) 1/2018, aprovada e convertida em projeto de lei pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O senador Hélio José (Pros-DF) foi relator da matéria na CDH e assumiu a mesma missão na CCJ.

[Organização sindical assegura direitos trabalhistas, dizem debatedores](#)

As organizações sindicais possibilitam a democratização e a autonomia dos direitos trabalhistas. A avaliação foi feita pelos participantes da audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho nesta segunda-feira (11). Requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a reunião debateu o sistema sindical no anteprojeto da Reforma Trabalhista (SUG 12/2018). Paim defendeu a atuação do movimento sindical como medida importante para a democracia e o diálogo sobre os direitos trabalhistas.

[Considerado prioridade pelo Congresso, Sistema Único de Segurança vira lei](#)

Foi sancionada nesta segunda-feira (11) em cerimônia no Palácio do Planalto a lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O sistema foi aprovado pelo Senado em maio, após um esforço conjunto de senadores e deputados para votação do projeto (PLC 19/2018). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as Polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais, para que atuem de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

[Fonte de recursos para bloqueadores de celular em presídios pode ser votada](#)

A origem dos recursos para instalação de bloqueadores de celulares em presídios está na pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta quarta-feira (13), a partir das 9h. A comissão pode analisar o Projeto de Lei do Senado 285/2017,



que determina o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para instalação dos bloqueadores.

[Lei permite defesa oral para liminar de mandado de segurança](#)

A Lei [13.676/2018](#), que permite aos advogados fazerem oralmente a defesa dos pedidos de liminar durante o julgamento dos processos foi publicada nesta terça-feira (12) no *Diário Oficial da União* e já entrou em vigor. A regra valerá para os casos de competência originária dos tribunais. Originária do Projeto de Lei da Câmara [PLC 76/2016](#), aprovado no último dia 16 pelo Senado, o texto modifica a [Lei dos Mandados de Segurança](#) ao obrigar os magistrados relatores de mandados de segurança a conceder aos advogados de ambas as partes envolvidas a chance de fazer defesa oral dos pedidos de liminar.

[Plenário vota MP da Segurança Pública](#)

O Plenário vota na terça-feira (19) o projeto de lei de conversão (PLV) 16/2018, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. O texto traz sugestões apresentadas por senadores e deputados à Medida Provisória (MPV) [821/2018](#), que tranca a pauta de votações. De acordo com o projeto, cabe ao Ministério da Segurança Pública coordenar a integração com os outros entes federativos (Distrito Federal, estados e municípios), além de planejar e administrar a política penitenciária nacional. O órgão foi criado a partir de uma divisão do Ministério da Justiça.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Relator homologa desistência de mandado de segurança contra PEC sobre parlamentarismo](#)

Em decisão tomada nesta sexta-feira (8), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou o pedido de desistência formulado pelos autores do Mandado de Segurança (MS) 22972, que discute a tramitação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que institua o parlamentarismo como sistema de governo.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

[SEMINÁRIO DE DIREITO MILITAR EM PALMAS-TO](#)

Nos dias 14 e 15 de junho de 2018 (quinta e sexta-feira) a Polícia Militar do Estado do Tocantins (Cmg GE Coronel Jaizon) em conjunto com a AOMETO - Associação de Oficiais Militar (Presidente Coronel Albuquerque) a ASMIR - Associação de Militares da Reserva Reformados e da ativa pensionistas e seus dependentes (Presidente Capitão Sulino), realizaram o Seminário de Direito Militar, tratando das inovações no Direito Militar e Termo Circunstanciado elaborado pela PM, com demonstração prática da ferramenta denominada "PMSC Mobile", tendo como local o auditório do Quartel do Comando Geral em Palmas - TO.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 18 de junho de 2018.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

OUTRAS RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS. INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA